



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A REALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL

Ângela Maria de Lima¹
Cleidjane Soares de Barros²
Luciane Queroz Moura³
Ivete Medeiros de Farias⁴
José Fernandes dos Santos Filho⁵
Aracy Felix Silva⁶
Lady Jane Farias de Lima⁷

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre a educação inclusiva e a educação especial no Brasil. A pesquisa possui a seguinte pergunta norteadora: a educação especial e inclusiva possui efetividade e é realidade no Brasil? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, na plataforma Scielo. A mesma traz como objetivo geral, analisar a efetividade da educação especial e inclusiva no Brasil. Utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de abril de 2023. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com no máximo 5 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática educação inclusiva e especial. Assim, conclui-se que a realidade da educação inclusiva no Brasil ainda não é a almejada pela sociedade, de um modo geral, para seus filhos, ainda há um longo caminho a ser percorrido em busca de políticas públicas que prevejam taxativamente a inserção das pessoas com deficiências no ensino regular do país, a obrigatoriedade de adaptações nas instituições escolares e a formação dos profissionais da educação, com conhecimentos específicos para receber esse público.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusiva. Especial. Brasil.

¹ E-mail: anginha.liima@gmail.com

² E-mail: de.csbarros@hotmail.com

³ E-mail: luciane_qmoura@yahoo.com.br

⁴ E-mail: fariasivete@hotmail.com.

⁵ E-mail: fernandesjsf@gmail.com

⁶ E-mail: aline_barros09_@hotmail.com

⁷ E-mail: ladyjanenets86@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre o panorama da educação especial e inclusiva no Brasil, temática muito importante no âmbito educacional e que tem chamado atenção dos educadores.

A educação inclusiva surgiu no ano de 1975, nos Estados Unidos, desde então o movimento direcionado a inclusão na educação tem crescido gradativamente. No Brasil, o processo é o mesmo, busca-se a inclusão de pessoas deficientes no ensino regular em todos os graus (CAMPOS; BORGES, 2018).

No Brasil, são identificadas desigualdades nas condições de acesso à educação e nos resultados educacionais das crianças, dos jovens e dos adultos brasileiros, atingindo não só crianças e pessoas com deficiência, mas também alguns grupos étnico-raciais, a população mais carente e do campo, os jovens e adultos que não conseguiram concluir a educação compulsória na idade apropriada (MACENA; JUSTINO; CAPELLINI, 2018).

A Constituição Federal/1988 prevê a educação como um direito fundamental do ser humano, um direito de todos e como dever do Estado e da família. Deste modo, incluiu todas as pessoas segregadas do sistema educacional, como as pessoas portadoras de necessidades especiais

excluídas da escolarização. Além de exaltar o princípio da igualdade e da dignidade humana (BAPTISTA, 2019).

A educação inclusiva compreende uma postura e práticas educacionais que irão abranger alunos, portadores de necessidades especiais ou não, em um único lugar de aprendizado (BAPTISTA, 2019).

A educação especial é a parte da educação que se relaciona ao atendimento e a educação de pessoas com necessidades especiais, sendo um instrumento por meio do qual a inclusão se concretiza (FIALHO; FIUZA; MACHADO, 2018).

Assim, a educação inclusiva no Brasil tem enfrentado o preconceito e superado obstáculos ao longo dos anos, tendo na possibilidade de acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais ao ensino regular no país, um imenso avanço (GOMES; SOUTO; FOLHA, 2018).

A pesquisa possui a seguinte pergunta norteadora: a educação especial e inclusiva possui efetividade e é realidade no Brasil?

Ainda, traz como objetivo geral, analisar a efetividade da educação especial e inclusiva no Brasil.

MÉTODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa é a revisão sistemática, que possui as seguintes etapas (Quadro 1). Observando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como

resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

.Quadro 1 – Etapas da Revisão Sistemática.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	Tema	A realidade da educação especial e inclusiva no Brasil		
	Pergunta norteadora	A educação especial e inclusiva possui efetividade e é realidade no Brasil?		
	Objetivo geral	Analisar a efetividade da educação especial e inclusiva no Brasil		
	Estratégias de busca	7. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 8. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 9. Uso de metadados (filtros).		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descritor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Educação Especial	4589	D004519
	String de busca	“educação especial” AND “educação inclusão” AND Brasil “educação inclusiva” AND Brasil		
Bibliotecas Virtuais	Link			
	Scielo	https://search.scielo.org/		
2ª	Período de coleta dos dados	abril de 2023		
	CrITÉRIOS de inclusão	5. Texto (artigos de espécie científico). 6. Publicação (2018-2022).		
	CrITÉRIOS de exclusão	3. Artigos que não contemplam a temática “Sistema Educacional e Pandemia”.		
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).	16		
4ª	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados online gratuitos e de livre acesso.	02		

5 ^a	Tecnologias digitais utilizadas	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	https://wordart.com/	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

Fonte: Elaborada pela autora.

RESULTADOS

Quadro 2 – Total de documentos disponíveis nas Plataforma Scielo, obtidos por string de busca.

String de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática
“educação especial” AND “educação inclusão” AND Brasil “educação inclusiva” AND Brasil	Scielo	86	39	16
	TOTAL	86	39	16

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme o quadro 2, a biblioteca virtual pesquisada disponibilizou um total de 86 artigos científicos relacionados a pesquisa, após a utilização de filtros restaram 39 artigos científicos atendendo os

critérios de inclusão, e destes foram realizados 16 downloads, por corresponderem a todos os critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

Quadro 3 - Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão.

ART.	AUTOR(A)	TEMA	ANO DA PUBLICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	Francisco Karyvaldo Magalhaes Secundino; João Otacílio Libardoni dos Santos	Educação especial no Brasil: um recorte histórico-bibliográfico	2023	Concluiu-se que a Educação Inclusiva, no Brasil, nos dias atuais, é fruto de avanços e retrocessos ocorridos, sobretudo, na área da legislação.
2	Éric Plaisance	O Especial na Educação: significados e usos	2019	Por fim, nós nos interrogamos sobre as relações entre a ética e a democratização.
3	Adriana Araújo Pereira Borges; Regina Helena de Freitas Campos	A escolarização de Alunos com deficiência em minas gerais: das classes especiais à educação inclusiva	2018	Nessa fase, as classes especiais são extintas e a Educação Especial provoca novos questionamentos. Dentre eles, o desafio de efetuar a educação para todos sem deixar de lado as especificidades de um público tão diverso.
4	Maely Sacramento de Souto; Ewerlin Bruna Neves Gomes; Debora Ribeiro da Silva Campos Folha	Educação especial e terapia ocupacional: análise de interfaces a partir da Produção de conhecimento	2018	E possível concluir que diversas e importantes práticas já vem sendo realizadas por terapeutas ocupacionais no âmbito educacional e na interface com a Educação Especial, o que ratifica que estes são profissionais aptos para compor as equipes de inclusão educacional. Destaca-se a importância do aumento da inserção desse profissional nos ambientes e nos serviços educacionais, diante de suas relevantes contribuições para o campo.
5	Letícia Maria Schabbach; Júlia Gabriele Lima da Rosa	Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil	2021	Como fatores explicativos das mudanças no SEE, sobressaíram as variáveis exógenas, principalmente a mudança do governo federal em 2003, a disseminação mundial e nos subsistemas de concepções sobre educação inclusiva, além do feedback de políticas públicas do SEE e de outros setores.
6	Andrea Soares Wuo	Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações	2019	Concluiu-se que, embora o conhecimento sobre o autismo ainda seja de domínio das áreas médicas, a emergência de pesquisas no âmbito da inclusão

		nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016)		escolar permite a construção de formas de pensar o processo de escolarização que superam modelos exclusivamente médicos de olhar a diferença.
7	Daniella de Souza Barbosa; Lia Machado Fiuza Fialho; Charliton José dos Santos Machado	Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional	2018	Conclui-se que os séculos XVIII e XIX foram marcados pela segregação homogeneizante das pessoas com deficiência em escolas especiais e que, a partir do século XX, impulsionadas por documentos internacionais, emergem as classes especiais superadas pela ideologia atual de igualdade e inclusão social com respeito às diferenças que possibilita não apenas a inclusão na escola regular, mas mecanismos de luta para igualdade de condições. As reflexões ensejam que acordos internacionais impulsionam o Brasil a alinhar sua política interna em direção à garantia de direitos humanos e igualdade às pessoas com deficiência.
8	Mônica Maria Farid Rahme; Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira; Libéria Rodrigues Neves	Sobre Educação, Política e Singularidade	2019	Partindo de abordagens teórico-metodológicas distintas, esses textos conservam em comum uma preocupação ética com os desdobramentos da Educação Especial para a sociedade e com a efetivação do princípio constitucional da educação como um direito de todos.
9	Claudio Roberto Baptista	Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil	2019	Apesar disso, coexistem tendências que reafirmam e que contradizem a perspectiva proposta pelas diretrizes analisadas, principalmente quando são consideradas as dimensões qualitativas dos processos formativos.
10	Monica de Carvalho Magalhaes Kassar; Andressa Santos Rebelo	Abordagens da educação especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI	2018	Conclui-se evidenciando desafios a serem enfrentados, especialmente ao que tange ao direcionamento de recursos públicos e as formas de atendimentos propostas.
11	Gabriela Tannús-Valadão;	Inclusão escolar e o planejamento educacional	2019	O Brasil não possui dispositivos na legislação que garantam que tais estudantes tenham um PEI

	Enicéia Gonçalves Mendes	individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países		baseado em suas peculiaridades, resultando num planejamento centrado mais nos serviços existentes do que nas necessidades dos alunos. Assim, ainda que a era anunciada seja de inclusão escolar, as práticas de planejamento não mudaram.
12	Janaina de Oliveira Macena; Laura Regina Paniagua Justino; Vera Lúcia Messias Fialho Capellini	O Plano Nacional de Educação 2014–2024 e os desafios para a Educação Especial na perspectiva de uma Cultura Inclusiva	2018	Nesse sentido, são apresentados dados sobre: a evolução das matrículas de alunos com deficiência, formação de docentes para atender a esse público específico e relativos à implantação e ao uso das salas de recursos multifuncionais. As referências utilizadas são provenientes da base de dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Os dados analisados consideram o cruzamento dos números do Censo Escolar e do Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
13	Daisy Eckhard Bondan; Flavia Obino Correa Werle; Jesús Molina Saorín	Educação inclusiva no Brasil e Espanha: discussão conceitual	2022	Identificam-se diferentes percepções do conceito de Educação inclusiva, propondo novos caminhos para o efetivo exercício do direito à Educação para todos.
14	Camila Lopes de Carvalho; Marina Brasiliano Salern; Paulo Ferreira de Araújo	Produção acadêmica brasileira sobre inclusão de alunos com deficiência na Educação Física	2022	Como resultado, constatou-se que os estudos permeiam uma área recente, apresentando-se predominantemente conceituais com tímidas orientações às intervenções, caminhando em vistas a um amadurecimento metodológico e necessidade de redirecionamento de procedimentos avaliativos para os de intervenção.
15	Cristina Miyuki Hashizume; Maria Dolores Fortes Alves	Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos	2022	Na discussão proposta, a formação de professores deve subsidiar estudantes para que estes atuem como protagonistas de direitos, no que se refere à inclusão escolar. Ensinar direitos aos estudantes requer construir sua autoestima para

				argumentar objetiva e solidariamente a favor das diferenças.
16	Rosana de Castro Casagrande; Jefferson Mainardes	O Campo Acadêmico da Educação Especial no Brasil	2021	A caracterização da Educação Especial na qualidade de campo acadêmico possibilitou a sistematização de um conjunto de instâncias de institucionalização responsáveis pela produção e pela divulgação de bens acadêmicos diversos que contribuem significativamente para seu processo de consolidação. Espera-se que os agentes do campo acadêmico atuem na luta contra a invisibilidade e o menosprezo histórico às pessoas com deficiência, por uma Educação Especial Inclusiva no âmbito de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Fonte: Plataformas Scielo, 2023.

Por meio da Plataforma online *WordArt*, o conteúdo textual dos artigos selecionados foi analisado por meio da frequência de palavras, que resultou na nuvem de palavras, correspondente a Figura 1.

A plataforma *WordArt* é uma ferramenta que agrupa e organiza graficamente as palavras-chave demonstrando as mais frequentes, contribuindo para definição das categorias que irão compor o presente estudo.

Figura 1 - Nuvem de Palavras



Fonte: Elaborada pelo autor.

As categorias foram criadas a partir da Nuvem de Palavras acima (figura 1), com base nas palavras em destaque na nuvem de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Deste modo, a Tabela 1

apresenta a frequência de palavras e as categorias obtidas. De acordo com o objetivo da pesquisa, aproveitou-se as palavras que apresentaram maior frequência e que possuem sentido para pesquisa.

Tabela 1 - Frequência das palavras (Plataforma *WordArt*).

PALAVRAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIAS
Educação	12	Distinções entre educação inclusiva e educação especial
Inclusiva	12	
Especial	12	
Brasil	10	Educação inclusiva no Brasil
Realidade	8	
Inclusão	8	
Acesso	5	

Fonte: Elaborada pela autora.

DISCUSSÕES

1 DISTINÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os Estados Unidos são pioneiros no que se trata de educação inclusiva, pois, foi lá que surgiu a educação inclusiva no ano de 1975. Em seguida, veio a Declaração de Salamanca (1994) trazendo a definição de educação inclusiva e sugeriu que os indivíduos portadores de necessidades educativas especiais fossem incluídos em instituições escolares de ensino regular (WOU, 2019).

Deste modo, trata-se da compreensão de que todos são iguais, mas que possuem especificidades e que uma criança não deve ser retirada da convivência com outras crianças, simplesmente por possuir uma especificidade que lhe enquadra como portadora de algum tipo de necessidade especial. Essa visão diferenciada é fruto da evolução cultural (RAHME; FERREIRA; NEVES, 2019).

Ao adentrar no assunto educação para pessoas portadoras de necessidades especiais, se faz necessário compreender e distinguir educação inclusiva de educação especial (PLAISANCE, 2019).

A Educação Inclusiva pode ser entendida como uma política pública de inclusão de pessoas portadoras

necessidades especiais ou dificuldade na aprendizagem na rede de ensino nacional, com o propósito de promover a educação em todos os níveis ofertados pelo Estado a essas pessoas (KASSAR; REBELO, 2018).

Observe que a educação inclusiva supera os limites de um projeto governamental que busca um processo educacional evolutivo. Vai muito além, pois, tem caráter humanístico, que engloba valores democráticos e éticos, com o intuito de reconhecer um direito fundamental dessas pessoas, as tratando com dignidade e respeito (MACENA; JUSTINO; CAPELLINI, 2018).

A educação inclusiva é um movimento educacional de inserção social das pessoas portadoras de necessidades especiais, tendo como finalidade o crescimento e a satisfação pessoal (BAPTISTA, 2019).

A educação inclusiva não se restringe a criação de espaços específicos, mas compreende uma postura e práticas educacionais que irão abranger alunos, portadores de necessidades especiais ou não, em um único lugar de aprendizado (BAPTISTA, 2019).

A educação especial é a parte da educação que se relaciona ao atendimento e a educação de pessoas com necessidades especiais, sendo um instrumento por meio

do qual a inclusão se concretiza (FIALHO; FIUZA; MACHADO, 2018).

Assim, a educação especial é dirigida para atender, de forma específica e exclusiva, alunos com determinadas necessidades especiais. No entanto, uma escola proposta somente às pessoas com deficiência ou necessidades educativas especiais não atende sua função educativa, desrespeita o direito a igualdade dos indivíduos, não havendo inclusão (FIALHO; FIUZA; MACHADO, 2018).

Assim, a educação especial deve se propor a apresentar métodos e instrumentos apropriados para que a escola regular possa ofertar a educação que essas pessoas com necessidades especiais precisam, sem distinção entre os alunos (CAMPOS; BORGES, 2018).

Assim, a educação especial trabalha com o todo em separado, para acolher alunos com deficiência. E, a educação inclusiva propõe uma adaptação do sistema educacional existente objetivando garantir o acesso e a permanência de alunos portadores necessidades especiais no ensino regular (CAMPOS; BORGES, 2018).

A educação especial propõe a criação de um espaço físico e na adoção de práticas pedagógicas específicas (CAMPOS; BORGES, 2018).

No entanto, isso não é suficiente para que pessoas portadoras de deficiência tenham acesso à educação de qualidade,

além, de sobrevir outras questões pertinentes à convivência e criação de uma sociedade capaz de acolher essas pessoas (CAMPOS; BORGES, 2018).

Deste modo, ofertar uma educação inclusiva, trazendo os instrumentos da educação especial para dentro da escola de ensino regular, oportunizando convivência entre todos os alunos de isonômica é a melhor opção (CAMPOS; BORGES, 2018).

Dificuldades neste percurso existirá, pois a escola regular, nem sempre consegue ofertar uma escolarização capaz de atender as diversas necessidades destes alunos. Além de um espaço adaptado para receber este público, a escola necessita que seus profissionais adotem uma didática e metodologia diversificada, que possuam conhecimentos específicos para poder acolher estes alunos especiais dentro de suas salas de aula no ensino regular (SCHABBACH; ROSA, 2021).

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva no Brasil tem enfrentado o preconceito e superando obstáculos ao longo dos anos, tendo na possibilidade de acesso das pessoas portadoras de necessidades especiais ao ensino regular no país, um imenso avanço (GOMES; SOUTO; FOLHA, 2018).

Quando se fala em educação inclusiva não se restringe a tornar as instituições escolares acessíveis, na verdade trata-se de se antecipar na identificação de problemas e impedimentos que os alunos enfrentam na tentativa de acesso a oportunidades de educação de qualidade, assim como tentar minimizar ou eliminar as barreiras que causam à exclusão (CARVALHO; SALERNO; ARAUJO, 2022).

No Brasil, a realidade da educação inclusiva é de um percurso de descaso quando se trata da educação de pessoas portadoras de necessidades especiais (BONDAN; WERLE; SAORÍN, 2022).

Em que pese, a Constituição Federal/1988 prescrever que pessoas portadoras de necessidades especiais tem o direito ao acesso à educação de qualidade, juntamente com as demais pessoas, a educação inclusiva caminha lentamente no país (SECUNDINO; SANTOS, 2023).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nacional nº 13.146, de 6 de julho de 2015) é um avanço importante no país, depois da Constituição Federal/1988 e do documento originado na Conferência de Salamanca (CARVALHO; SALERNO; ARAUJO, 2022).

Esta lei em vigor no Brasil garante os direitos das pessoas com deficiência e impõe as penalidades a quem infringi-la, mesmo diante de tal avanço, observa-se

falhas no seu conteúdo, como por exemplo, preceitua que o sistema educacional deve ser inclusivo, no entanto, não traz claramente que a matrícula dos alunos portadores de necessidades especiais seja feita no sistema de ensino regular do país. O que deixa margens para interpretação diversa (FIALHO; FIUZA; MACHADO, 2018).

Outra situação controversa ocorre no texto da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (documento de caráter normativo), pois propõe uma diferenciação de currículo para alunos com deficiência e os demais alunos, e isso pode ser considerado como discriminação (CASAGRANDE; MAINARDES, 2021).

No Plano Nacional de Educação - PNE, onde são delineadas metas de educação para o país cumprir nos próximos 10 anos, da mesma forma existiu controvérsia em sua tramitação (HASHIZUME; ALVES, 2022).

O PNE não determinou que os alunos com deficiência fossem matriculados no ensino regular, deixando em aberto a possibilidade de alunos portadores de necessidades especiais poderem ser matriculados em escolas regulares ou especiais. Também, não determinou a obrigatoriedade da rede regular de ensino promover adaptações para receber esse público (GOMES; SOUTO; FOLHA, 2018).

O Ministério da Educação – MEC, atualmente, está fazendo uma revisão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), para tentar adequá-la as necessidades reais das pessoas portadores de necessidades especiais, atendo seu objetivo social, apesar de ainda estar se discutindo a separação da educação (HASHIZUME; ALVES, 2022).

Deste modo, para que a educação inclusiva de fato ocorra no Brasil ainda há um longo caminho a ser percorrido, apesar de todas as iniciativas já existentes.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa almejou analisar a efetividade da educação especial e inclusiva no Brasil.

Observou-se que educação inclusiva e educação especial, possuem conceitos diferentes não se confundindo, uma vez que a primeira se trata de um sistema de ensino para todos e, a segunda, serve como instrumento realizador da inclusão.

No Brasil, muitas iniciativas significativas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular ocorreram, como a CF/1988 que garante o direito à

educação para todos de forma isonômica; a BNCC, o PNE, dentre outros, mas que, no entanto, ainda despertam controvérsias e discursões a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular e a obrigatoriedade de adaptações nas instituições de ensino para atente esse público.

O que se almeja, socialmente, é que todas as pessoas com deficiência possam ser incluídas naturalmente no ensino regular, convivendo com as demais pessoas e participando ativamente (respeitando as suas limitações) da vida social.

Conclui-se que a realidade da educação inclusiva no Brasil ainda não é a almejada pela sociedade, de um modo geral, para seus filhos, ainda há um longo caminho a ser percorrido em busca de políticas públicas que prevejam taxativamente a inserção das pessoas com deficiência no ensino regular do país, a obrigatoriedade de adaptações nas instituições escolares e a formação dos profissionais da educação, com conhecimentos específicos para receber esse público.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R. Public policy, special education and schooling in Brazil. **Educacao e Pesquisa**, v. 45, p. 0–1, 2019.
- BONDAN, D. E.; WERLE, F. O. C.; SAORÍN, J. M. Educação inclusiva no Brasil e Espanha: discussão conceitual. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, n. 115, p. 438–457, abr. 2022.
- CAMPOS, A. A. P.; BORGES; R. H. DE F. A escolarização de alunos com deficiência em Minas Gerais: das Classes Especiais à Educação Inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 24, n. Edição Especial, p. 69–84, 2018.
- CARVALHO, C. L. DE; SALERNO, M. B.; ARAUJO, P. F. DE. Produção acadêmica brasileira sobre inclusão de alunos com deficiência na Educação Física. **Educ. fís. cienc.**, Ensenada, v. 24, n. 1, e207, 2022.
- CASAGRANDE, R. DE C.; MAINARDES, J. O Campo Acadêmico da Educação Especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0132, 2021.
- FIALHO, D. DE S. B.; FIUZA, L. M.; MACHADO, C. J. DOS S. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 18, n. 2, 2018.
- GOMES, M. S. DE; SOUTO, E. B. N.; FOLHA, D. R. DA S. C. Educação especial e terapia ocupacional: análise de interfaces a partir da produção de conhecimento. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 24, n. 4, p. 583–600, 2018.
- HASHIZUME, C. M.; ALVES, M. D. F. Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 38, n. 1, p. 202257203, 2022.
- KASSAR, M. DE C. M.; REBELO, A. S. Abordagens da educação especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. Special issue, p. 51–68, 2018.
- MACENA, J. DE O.; JUSTINO, L. R. P.; CAPELLINI, V. L. M. F. The National Education Plan 2014-2024 and the challenges for Special Education in the perspective of an Inclusive Culture. **Ensaio**, v. 26, n. 101, p. 1283–1302, 2018.

PLAISANCE, É. O Especial na Educação: significados e usos. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, p. 1–17, 2019.

RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. DA R. J.; NEVES, L. R. About education, politics and singularity. **Educacao and Realidade**, v. 44, n. 1, p. 1–13, 2019.

SCHABBACH, L. M.; ROSA, J. G. L. da. Segregate or include? Advocacy coalitions, ideas, and changes in special education in Brazil. **Revista de Administracao Publica**, v. 55, n. 6, p. 1312–1332, 2021.

SECUNDINO, F. K. M.; SANTOS, J. O. L. DOS. Educação especial no Brasil: um

recorte histórico-bibliográfico. **SciELO Preprints**, v. 23, n. versão 1, 2023.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. School Inclusion and Individualized Educational Planning: a Comparative Study on Planning Practices in Different Countries. **Revista Brasileira de Educacao**, v. 23, p. 1–18, 2018.

WOU, A. S. Education of people with autism spectrum disorders: State of knowledge in dissertations and theses in the southern and southeastern regions of Brazil (2008-2016). **Saude e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 210–223, 2019.